



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 21 de novembro de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,34% São Paulo	127.679 13/11 14/11 18/11 19/11	R\$ 5,767 (+ 0,34%)	12/novembro 5,771 13/novembro 5,789 14/novembro 5,788 19/novembro 5,767	R\$ 1.412	R\$ 6,109	11,15%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53

AJUSTE FISCAL

Fazenda e Defesa definem corte

O anúncio de cortes dependia do acordo entre os dois ministérios. Detalhes serão fechados hoje, com Lula

» VANILSON OLIVEIRA
» VINICIUS DORIA

Valter Campanato/ Agência Brasil



O ministro Múcio informou que as medidas serão implementadas em 2025 e 2026. Detalhamento só deve ser anunciado na semana que vem

O ministro da Defesa, José Múcio, afirmou ontem que chegou a um acordo com o Ministério da Fazenda sobre o pacote de corte de gastos. As medidas, propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, têm como objetivo otimizar os recursos disponíveis e promover uma gestão mais eficiente e transparente. A expectativa é que o governo federal apresente, na próxima semana, um plano de contingência no valor de R\$ 70 bilhões, com impacto previsto para os anos de 2025 e 2026.

De acordo com Múcio, os benefícios que sofrerão alterações ou cortes incluem: morte ficta (situação em que o militar é expulso ou excluído, considerado “morto”, mas cuja família segue recebendo o soldo), fundo de saúde, transferência de pensão e idade mínima para transferência para a reserva remunerada. “Estamos colaborando com o ajuste fiscal, atendendo à necessidade do governo de fazer isso pelo bem do país. Tivemos que negociar, pois, nas Forças Armadas, diferentemente da administração civil, há uma cronologia de promoções, então precisamos fazer essa adequação”, explicou o ministro da Defesa.

Múcio explicou que, em caso de “morte ficta”, situação em que o militar é expulso ou excluído das Forças Armadas, mas sua família continua recebendo o soldo do militar como se ele estivesse vivo, a proposta é extinguir esse benefício, substituindo-o pelo auxílio-reclusão, benefício já previsto na Lei 8.112/90 para servidores públicos em situações similares.

Outra mudança significativa será a criação de uma contribuição para o fundo de saúde das Forças Armadas. Pela proposta, os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica passarão a contribuir com 3,5% de suas remunerações para o fundo, medida que terá vigência até janeiro de 2026. Essa contribuição visa assegurar a sustentabilidade do sistema de saúde destinado à categoria.



Tivemos que negociar, pois, nas Forças Armadas, diferentemente da administração civil, há uma cronologia de promoções, então precisamos fazer essa adequação”

José Múcio,
ministro da Defesa

Além disso, o governo pretende revogar a possibilidade de reversão de pensões. Atualmente, após a concessão inicial do benefício aos beneficiários de primeira ordem — como cônjuge, companheiro e filhos —, é possível transferir o direito de forma sucessiva para parentes de segunda e terceira ordem, como pais ou irmãos dependentes. A mudança proposta eliminará essa transferência, restringindo o direito exclusivamente à primeira ordem de beneficiários.

Por fim, será instituída, de forma progressiva e com regras de transição, a exigência de idade mínima de 55 anos para que militares possam ser transferidos para a reserva remunerada. O objetivo é alinhar a transição para a inatividade aos padrões de outras carreiras públicas, promovendo maior equilíbrio fiscal.

O ministro destacou que, apesar da resistência de alguns membros do alto comando, todos compreenderam a importância de atender ao pedido do presidente Lula para reduzir os gastos. “Ainda não posso afirmar de quanto será o corte, mas não será maior do que o gesto solidário das Forças Armadas ao aderir ao pacote”, concluiu.

Anúncio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que se reunirá, hoje, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do pacote de corte de gastos. O anúncio das medidas para conter as despesas e cumprir o arcabouço fiscal é esperado há semanas pelo mercado financeiro. O ajuste fiscal é visto como essencial por agentes econômicos

para o governo passar uma imagem de compromisso com as contas públicas.

“Tenho reunião amanhã com o presidente”, respondeu Haddad, ao ser questionado na sede do ministério sobre o pacote. O ministro estava a caminho do Palácio do Itamaraty, onde participará, juntamente com Lula e outros integrantes do governo, de um jantar com o presidente da China, Xi Jinping, que está em Brasília.

O anúncio era esperado inicialmente para ser feito logo após as eleições municipais. Depois, a expectativa passou para dias antes do início do grupo das 20 maiores economias do mundo (G20), que ocorreu no Rio. Agora, está previsto para terça-feira. Mesmo assim, tudo depende do ritmo de Lula. (com Agência Estado)

EXPORTAÇÃO

Carrefour para vender carne do Mercosul

O CEO da empresa francesa Carrefour, Alexandre Bompard, divulgou, ontem, um comunicado nas suas redes sociais, no qual afirma que a varejista se compromete, a partir de hoje, a não vender carnes do Mercosul, bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, independentemente dos “preços e quantidades de carne” que esses países possam oferecer.

A mensagem é endereçada a Arnaud Rousseau, presidente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Operadores Agrícolas (Fnsea). Bompard afirmou que a decisão foi tomada após ouvir o “desânimo e a raiva” dos agricultores franceses, que protestam contra a proposta de acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Os atos, organizados pela Fnsea e pelos Jovens Agricultores (JA), começaram na última segunda-feira com bloqueios de rodovias.

Os grupos pedem que o presidente francês, Emmanuel Macron, anuncie que vai utilizar o veto da França se o projeto for aprovado. Na última semana, o primeiro-ministro francês, Michel Barnier, disse que o país não deve aceitar o acordo se o texto se mantiver como atualmente proposto.

No comunicado divulgado no X — antigo Twitter —, LinkedIn e Instagram, Bompard afirmou que o acordo traria o “risco de a produção de carne que não cumpre com seus requisitos e padrões se espalhar pelo mercado francês”.

Ele também destacou que espera que a decisão do Carrefour influencie outras empresas do setor agroalimentar, especialmente do mercado de catering (no qual uma organização prepara os alimentos em um espaço seguro e depois leva para o local onde será servido) que, de acordo com Bompard, é responsável por mais de 30% do consumo de carne na França.

Procurado, o Grupo Carrefour Brasil afirmou que “nada muda nas operações no País.”

Reação

Em nota, a ApexBrasil — agência de exportação do Brasil — lamentou a declaração de Bompard.

“Entendemos não haver motivos razoáveis para restrições à carne produzida no Mercosul. Seguimos os mais rigorosos padrões sanitários e ambientais, que garantem sua qualidade em todas as operações de venda de proteína brasileira ao exterior — qualidade reconhecida por mais de 160 países, inclusive, pela União Europeia”, diz a nota da ApexBrasil.

Carrefour/Divulgação



No Brasil, nada vai mudar, segundo a varejista

APOSTAS ON-LINE

JOÉDSON ALVES/ AGÊNCIA BRASIL



Nova lista de 1.800 sites ilegais foram bloqueados pela Fazenda

VaideBet é autorizada a funcionar

» ISRAEL MEDEIROS

O Ministério da Fazenda incluiu a VaideBet na lista de casas de apostas autorizadas a funcionar no âmbito nacional no Brasil. A inclusão foi fruto de uma determinação judicial. Com a atualização, o número de bets autorizadas no país chegou a 101 — sendo três delas por determinação judicial.

A VaideBet entrou na lista da Fazenda na terça-feira, mesmo dia em que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets aprovou um requerimento para solicitar documentos à BPX Sports Group Ltda, operadora da VaideBet.

“A BPX Sports Group Ltda, representada pela BPX Sports & Games Entretenimento Ltda (VaideBet, BetPix365 e Obabet), uma empresa de apostas envolvida em

várias investigações de lavagem de dinheiro, é uma peça central nas apurações da CPI-BETS”, escreveu o senador Izalci Lucas (PL-DF) no pedido.

O senador também ressaltou a rescisão do contrato do Corinthians com a VaideBet em junho depois de a Polícia Civil começar a investigar o pagamento a uma empresa laranja pela mediação do acordo. O contrato tinha duração até 2026 e renderia R\$ 360 milhões ao clube.

A BPX Bets Sports Group Ltda tem CNPJ registrado em Campina Grande, na Paraíba, e um capital social de R\$ 30 milhões — o mesmo valor cobrado pela Fazenda a título de outorga para funcionar no país. Segundo dados da Receita Federal, tem 8 sócios.

A empresa havia apresentado a solicitação para operar em nível nacional ainda em

16 de agosto, dentro do prazo definido pela Fazenda (30 de setembro). Segundo o entendimento da Fazenda, no entanto, operadora da marca não havia cumprido os requisitos para obter a autorização.

A VaideBet já havia sido autorizada a funcionar em nível estadual no Rio de Janeiro. Por lá, no entanto, o pedido de autorização feito junto à Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) foi feito sob um CNPJ próprio, com o nome VaideBet Apostas Ltda, que também inclui a BetPix365 e a Obabet.

Ainda na terça-feira, a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda enviou à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) uma lista de mais de 1.800 sites ilegais de apostas a serem bloqueados. Esta é a terceira lista enviada pela pasta.